

Experiência profissional:

De 1980 a 1982 — exerceu funções na firma de ferramentas Fonseca, Matos & Ferreira;

De 1983 a 1984 — cumpriu o serviço militar na Força Aérea Portuguesa, como motorista;

Em 1985 — exerceu funções na firma de ferramentas Fonseca, Matos & Ferreira, como motorista;

De agosto a dezembro de 1985 — Agente de Segurança da Polícia Judiciária;

De dezembro de 1985 a dezembro de 1988 — exerceu funções na SGMJ, como motorista ao serviço de magistrados do processo denominado «FPs 25 de Abril»;

De janeiro a agosto de 1989 — exerceu funções de motorista no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Justiça;

De agosto de 1989 a março de 1994 — exerceu funções de motorista em gabinetes ministeriais na Cultura;

De março de 1994 a outubro de 1995 — exerceu funções de motorista no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

De outubro de 1995 a junho de 2000 — exerceu funções de motorista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De junho de 2000 a abril de 2004 — exerceu funções de motorista junto dos Magistrados de Macau;

De maio de 2004 a junho de 2008 — situação de licença sem vencimento de longa duração;

De julho de 2008 até 31 de dezembro de 2012 — exerceu funções de motorista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 1 de janeiro de 2013 até 29 de outubro de 2015 — exerceu funções de motorista no Gabinete da Ministra da Justiça;

De 30 de outubro até 21 de dezembro de 2015 — exerceu funções de motorista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Línguas: português, alguns conhecimentos de francês.

Carta de condução: categoria de ligeiros

Cursos/formações:

Formação de Técnicas de Condução

Formação Profissional Motoristas e Condutores do Estado

Curso de Condução Defensiva

209299185

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 1385/2016

Nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º

Nome	Carreira/Categoria	Produção de efeitos
Rosa Maria Ferreira da Rocha Coutinho	Especialista de Informática	01/01/2015
Herminia da Conceição Ferreira	Técnico Superior	01/02/2015
Maria Suzete Pereirinha Coluna Jacinto	Assistente Técnico	01/08/2015
Maria do Céu Madeira de Andrade Baranda Inok	Assistente Técnico	01/11/2015
Ana Maria dos Santos Vasques	Técnico de Informática	01/12/2015

21 de janeiro de 2016. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Dr.ª Albertina Pedrosa*.

209300074

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 1388/2016

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. proferida em sessão de 4 de dezembro de 2015, foi determinada a cessação do procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 5811/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 28 de maio, referência P8/2014, dada a inexistência de candidatos à sua prossecução, conforme o disposto na alínea *a*), do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

11 de janeiro de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

209298878

da mesma Portaria, notificam-se todos os candidatos — incluindo os que tenham sido excluídos no decorrer da aplicação dos métodos de seleção — ao procedimento concursal comum para ocupação de catorze postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico, previstos no mapa de pessoal das secretarias dos tribunais judiciais de primeira instância, aberto pelo Aviso n.º 5271/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 14 de maio de 2015 e retificado pela Declaração n.º 398/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 27 de maio de 2015, do ato de homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados.

Do ato de homologação pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da Portaria supra referida.

Mais se informa, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria supramencionada, que a referida lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada por meu Despacho de 19 de janeiro de 2016, se encontra disponível para consulta na página eletrónica da DGAJ em www.dgaj.mj.pt.

25 de janeiro de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
209300666

Aviso n.º 1386/2016

Para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º e 46.º da LTFP, torna-se público que foi homologada a ata de avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental, de Maria Elisabete Almeida Ventura Pereira de Melo, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico no mapa de pessoal da secretaria do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, aberto pelo Aviso n.º 15263/2013, de 17 de dezembro.

25 de janeiro de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
209300536

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Aviso n.º 1387/2016

Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do pessoal Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, que cessou funções por motivo de aposentação, no período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015:

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 1842/2016

Por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça de 29.12.2015:

Foi autorizada a prorrogação da licença especial para exercício de funções em Macau a Maria de Lurdes Machado Costa, inspetora da Polícia Judiciária, pelo período de dois anos, a partir de 22.12.2015, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril.
(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de janeiro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *João Prata Augusto*.

209300439

Despacho (extrato) n.º 1843/2016

Por despacho de 2016.01.14 do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, *Dr. Pedro do Carmo*:

Foi autorizada a licença sem remuneração, por um ano, com início em 17.02.2016, à Inspetora, Licenciada Sara Cristina de Matos Menezes